

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	28
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.135.950
Preferenciais	10.164.050
Total	15.300.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	3.333	5.970
1.01	Ativo Circulante	1.132	1.287
1.01.03	Contas a Receber	1.132	1.287
1.01.03.01	Clientes	1.116	1.270
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16	17
1.02	Ativo Não Circulante	2.201	4.683
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	589	576
1.02.01.03	Contas a Receber	328	315
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	328	315
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	261	261
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	261	261
1.02.02	Investimentos	1.513	4.008
1.02.02.01	Participações Societárias	1.513	4.008
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.353	3.828
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	160	180
1.02.04	Intangível	99	99
1.02.04.01	Intangíveis	99	99

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	3.333	5.970
2.01	Passivo Circulante	6.163	5.926
2.01.02	Fornecedores	31	64
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.168	4.902
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.493	2.345
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	2.281	2.257
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	394	300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	964	960
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4	0
2.01.04.02	Debêntures	960	960
2.02	Passivo Não Circulante	413.814	414.171
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	388.047	388.047
2.02.01.02	Debêntures	388.047	388.047
2.02.02	Outras Obrigações	25.767	26.124
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.140	2.966
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.140	2.966
2.02.02.02	Outros	22.627	23.158
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais Federais	13.934	14.198
2.02.02.02.04	Obrigações Fiscais Estaduais	8.431	8.610
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais Municipais	262	350
2.03	Patrimônio Líquido	-416.644	-414.127
2.03.01	Capital Social Realizado	22.809	22.809
2.03.01.01	Capital Social	15.300	15.300
2.03.01.02	Correção Monetária de Capital	7.509	7.509
2.03.03	Reservas de Reavaliação	4.435	4.462
2.03.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	4.435	4.462
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-443.854	-441.312
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-34	-86

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	763	952
3.03	Resultado Bruto	763	952
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.816	329
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-269	-39
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-20	-72
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.527	440
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-2.053	1.281
3.06	Resultado Financeiro	-516	-12.808
3.06.02	Despesas Financeiras	-516	-12.808
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.569	-11.527
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	159
3.08.02	Diferido	0	159
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-2.569	-11.368
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-2.569	-11.368
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,1679	-0,743
3.99.01.02	PN	-0,1679	-0,743
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,1679	-0,743
3.99.02.02	PN	-0,1679	-0,743

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-2.569	-11.368
4.02	Outros Resultados Abrangentes	52	-61
4.02.01	Ajuste de Conversão do Período	52	-33
4.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-28
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.517	-11.429

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-173	887
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	458	949
6.01.01.01	Resultado Líquido do Período	-2.569	-11.368
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	2.527	-440
6.01.01.04	Provisões de Ativos e Passivos	500	-2
6.01.01.05	Variações Monetárias de Ativos e Passivos	0	12.918
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-159
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-631	-62
6.01.02.01	Diminuição de Clientes	154	507
6.01.02.02	(Aumento) de Outras Contas a receber	-9	-4
6.01.02.04	(Diminuição) de Fornecedores	-27	-17
6.01.02.05	(Diminuição) de Impostos e Contribuições	-749	-549
6.01.02.07	(Diminuição) de Provisão para contingências	0	1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	1
6.02.02	Intangível	0	1
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	173	-888
6.03.03	Partes Relacionadas	173	-888

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	22.809	0	0	-441.312	4.376	-414.127
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	22.809	0	0	-441.312	4.376	-414.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.569	0	-2.569
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.569	0	-2.569
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	27	25	52
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	38	-38	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-13	13	0
5.06.04	Realização de Reserva de Reavaliação em Controlada	0	0	0	2	-2	0
5.06.05	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	52	52
5.07	SalDOS Finais	22.809	0	0	-443.854	4.401	-416.644

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	22.809	0	0	-407.558	4.472	-380.277
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	22.809	0	0	-407.558	4.472	-380.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.368	0	-11.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.368	0	-11.368
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	28	-61	-33
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	28	-28	0
5.06.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-33	-33
5.07	Saldos Finais	22.809	0	0	-418.898	4.411	-391.678

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	876	1.095
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	876	1.095
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-289	-111
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-289	-111
7.03	Valor Adicionado Bruto	587	984
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	587	984
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.527	599
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.527	440
7.06.03	Outros	0	159
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-1.940	1.583
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-1.940	1.583
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	113	143
7.08.02.01	Federais	92	116
7.08.02.03	Municipais	21	27
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	516	12.808
7.08.03.01	Juros	516	12.808
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.569	-11.368
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.569	-11.368

Comentário do Desempenho

HERCULES S/A – FÁBRICA DE TALHERES Companhia Aberta CNPJ 92.749.225/0001-63

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE MARÇO DE 2014

SENHORES ACIONISTAS

A administração da Hercules S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis da Companhia e o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao período findo em 31 de março de 2014.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números em Reais, contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o ano de 2013, exceto quando especificado de outra forma.

PANORAMA MACROECONÔMICO

O ano de 2014 começou em meio a questionamentos sobre o desempenho da economia mundial. Nos Estados Unidos, dados apresentados demonstraram crescimento de 0,1% do PIB no primeiro trimestre do ano em relação ao mesmo período do ano passado, mantendo a taxa de desemprego estacionada em 6,7%. Na zona do Euro, apesar das vendas no varejo começarem a dar sinais de recuperação, a taxa de desemprego continuou em patamar elevado - 11,8%, ante 12% no mesmo período do ano passado.

No mercado local, a atenção volta-se para o valor do PIB do primeiro trimestre a ser divulgado, enquanto a atividade industrial e o emprego na indústria continuam registrando desempenhos inferiores aos esperados. Após a divulgação do IPCA dos primeiros meses do ano (2,86% até abril), a inflação continua sendo uma preocupação do mercado, e existe a possibilidade de que o teto da meta inflacionária para o ano venha a ser elevado. A oferta de crédito no mercado local ainda se mantém em ritmo moderado, enquanto o índice de intenção de consumo das famílias (ICF) registrou queda de 5,2% em março frente a março de 2013, tendo em vista o pessimismo em relação ao índice de emprego.

Diante do cenário ainda incerto da economia, a Companhia se deparou com menor demanda pelos seus produtos neste primeiro trimestre que já é, tradicionalmente, período de vendas mais retraídas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

- Frente ao cenário econômico A administração da Companhia mantém as perspectivas otimistas e segue no compromisso da reestruturação dos seus negócios.

A participação da Companhia na feira Gift Fair, feira de produtos de cozinha, decoração e presentes de março 2014, confirmou as projeções estabelecidas nas edições de 2011, 2012 e 2013, que credenciava a marca para alavancar ainda mais a categoria de produtos ofertados, buscando ampliação do mix e maior participação no canal varejo e distribuição, algumas novas categorias foram apresentadas e com sucesso nas vendas e aceitação dos revendedores.

Comentário do Desempenho

O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzellan (Louças e travessas), Hercules Dekò (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) e apresentados na Gift Fair, na edição de março de 2011 vem tendo uma aceitação cada vez maior comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, proporcionam aumentar ainda mais o mix de produtos, levando a Companhia a lançar um leque ainda maior de produtos.

A credibilidade que a marca Hercules conquistou ao longo dos anos de existência e que sempre foi sinônimo de qualidade, motivou a Companhia a buscar novos segmentos e oportunidades para o crescimento em volume físico de vendas e, de forma atrelada à maximização do faturamento, a retomar os padrões de anos anteriores.

A aceitação dos produtos com as marcas destacadas acima fica evidenciada quando observamos o crescimento do faturamento base para cálculo dos royalties por licenciamento, que no exercício de 2013 foi de 11,8% superior quando comparado ao período de 2012.

- Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.
- A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Hercules S.A..

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas junto a Receita Federal do Brasil petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos da Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

Comentário do Desempenho

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

AUDITORES INDEPENDENTES

Com intuito de atender à instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a KPMG Auditores Independentes, prestadora dos serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o referido exercício.

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Companhia agradece aos seus colaboradores, aos fornecedores e instituições financeiras pela credibilidade e confiança e aos acionistas e conselheiros pelo apoio nas decisões que vêm sendo tomadas.

A Administração.

Notas Explicativas

Hercules S.A. – Fábrica de Talheres

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 31 de março de 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

Atividades desenvolvidas

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para o uso doméstico e a importação e exportação destes produtos, inclusive matérias-primas e equipamentos, podendo ainda participar em outras sociedades. Atualmente a Companhia opera com o licenciamento de talheres e outros artigos de mesa para uso doméstico e de restaurantes.

2 Contabilidade no pressuposto da continuidade operacional

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas no pressuposto de sua continuidade operacional. A Administração da Hercules entende ser capaz de cumprir com o passivo tributário (nota explicativa 8), partes relacionadas (10) e debêntures a pagar (nota explicativa 11).

Com o objetivo de cumprir com as obrigações mencionadas acima, a Hercules vem tomando importantes medidas cujos reflexos serão percebidos no médio e longo prazo.

Nos últimos anos a Administração da Companhia vem trabalhando na reestruturação da marca e redefinição estratégica do negócio da Companhia. O crescimento do faturamento de produtos licenciados no período de 2013, base para cálculo dos royalties por licenciamento de marca, foi de 28%, quando comparado a mesmo período de 2012. O retorno da marca Hercules ao varejo vem sendo prestigiado por um número cada vez maior de distribuidores e varejistas. A extensa linha de produtos desenvolvidos com as Marcas Hercules, Vetro (copos vidros e cristais), Hercules Porzellan (Louças e travessas), Hercules Dekò (objetos de decoração) e Hercules (Talheres e utensílios de cozinha) vem tendo uma aceitação ainda maior no mercado, comprovando o acerto do novo posicionamento da marca.

Com a comprovação da credibilidade na marca Hercules e a elasticidade da mesma, tendo em vista um trabalho diferenciado em relação ao que o mercado vinha atuando, a Companhia espera aumentar ainda mais o mix de produtos para alcançar a meta anual de faturamento,

- Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.
- A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico e revisão de todos os impostos e contribuições federais.

Este trabalho de revisão busca a adequação da real e devida obrigação tributária que compõem o saldo contábil/fiscal, depois de analisadas dentro do enquadramento da atual legislação e jurisprudências pacificadas de última instância no poder judiciário.

Nesta linha, dada a complexidade e volume do trabalho em desenvolvimento, a Companhia assinou contrato com consultoria jurídica para revisão e adequação de todo o passivo tributário federal da Companhia.

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com

Notas Explicativas

potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas junto a Receita Federal do Brasil petições específicas, com o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Considerando a complexidade do trabalho de revisão, bem como as dificuldades na obtenção de todas as cópias necessárias junto aos órgãos federais competentes, não é possível, neste momento, quantificar de forma precisa as incongruências no passivo tributário ora revisado.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade (às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

3.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não - derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 15 - Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de

Notas Explicativas

resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 12 – Provisão para contingências.

A conclusão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de junho de 2014.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações contábeis intermediárias.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia “desreconhece” um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Hercules nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separadamente.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Hercules tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis.

b. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: Clientes e Outros créditos.

i. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitida e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia “desreconhece” um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Notas Explicativas

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia e quaisquer dividendos sejam discricionários. Dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação pelos acionistas da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

C. Investimentos

O investimento em coligada está avaliado pelo método da equivalência patrimonial em contrapartida de conta de resultado operacional, exceto quanto às variações cambiais sobre investimentos no exterior, registrados na rubrica "Ajustes acumulados de conversão", no grupo de "Outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, para serem reconhecidas no resultado quando da baixa ou venda do investimento. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

d. Ativo intangível

i. Reconhecimento inicial

A Companhia reconhece um ativo intangível quando este puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, independentemente da intenção de uso pela entidade e que resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais cujos custos possam ser mensurados com confiabilidade e que seja provável que benefícios futuros sejam obtidos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo deduzidos das perdas por redução ao valor recuperável.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A vida útil estimada de ativo intangível, marcas e patentes, para o período corrente e comparativo é indefinida.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de período e ajustados caso seja apropriado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo

Notas Explicativas

abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução do valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

iii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior, entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos, que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, da coligada, anteriores a 31 de dezembro de 2007.

A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação reflexa, baixa, ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados.

Notas Explicativas

g. Receita operacional Royalties

As receitas operacionais correspondem às receitas de royalties que representam sobre um percentual auferido pelas vendas efetuadas pelo representante autorizado a comercializar suas marcas, Hercules, Vetro, Hercules Porzellan, Hercules Dekò a receita é reconhecida ao valor líquido conforme estabelecido em cláusulas contratuais.

h. Despesas financeiras

As despesas contábeis abrangem despesas com juros sobre o saldo de conta de mútuo. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

i. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e de contribuição social correntes apurados para o período devido aos prejuízos fiscais apresentados. Como a Companhia encontra-se em fase de reestruturação, não é possível estimar com segurança os lucros tributáveis futuros, de modo que não são reconhecidos ativos fiscais diferidos.

j. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

k. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

5 Clientes

	31/03/14	31/12/13
Duplicatas a receber	1.116	1.270
	<u>1.116</u>	<u>1.270</u>

O saldo de contas a receber de clientes, por vencimento:

	31/03/14	31/12/13
Valores a vencer	1.116	1.270
	<u>1.116</u>	<u>1.270</u>

O saldo de clientes a vencer possui a seguinte composição por idade de vencimento:

	31/03/14	31/12/13
A vencer até 30 dias	803	530
A vencer entre 31 e 90 dias	280	593
A vencer entre 91 e 180 dias	33	147
	<u>1.116</u>	<u>1.270</u>

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa está fundamentada em uma análise individual de todos os títulos em aberto há mais de 180 dias por parte da assessoria jurídica de cobrança da Companhia, sendo que a provisão para perdas é constituída para os casos onde sejam considerados de recebimento remoto, conforme critérios definidos pela Administração.

Notas Explicativas

6 Investimentos

Investimento na coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo, avaliado pelo método de equivalência patrimonial:

	Participação total	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receitas líquida	Prejuízo	Equivalência patrimonial
Mundial S.A. Produtos de Consumo	10,47%	259.750	910.115	897.198	12.917	60.392	(24.136)	(2.527)

Composição e movimentação dos saldos	Movimentação 2014			
	Saldo líquido em 31/12/13	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Saldo líquido em 31/03/14
Mundial S.A. Produtos de Consumo	3.828	(2.527)	52	1.353

Composição e movimentação dos saldos	Movimentação 2013			
	Saldo líquido em 31/12/12	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste acumulado de conversão	Saldo líquido em 31/12/13
Mundial S.A. Produtos de Consumo	3.330	482	16	3.828

7 Intangível

O saldo refere-se ao custo de registro e manutenção das marcas e patentes da Companhia nos órgãos competentes.

Movimentação do intangível

	Marcas e patentes
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2014	99
Saldo em 31/03/2014	99
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2012	96
Adições	3
Saldo em 31/12/2013	99

8 Impostos e contribuições sociais

A Companhia está realizando trabalho de diagnóstico, revisão de todo o passivo tributário e apuração de valores devidos, notadamente as rubricas consolidadas nos parcelamentos federais, REFIS, PAES e 11.941/2009. Referida revisão busca apontar e sanar valores em duplicidade, valores abarcados pela prescrição e/ou decadência, bem como impostos cujas cobranças possuem valores excedentes (ex.: multas e juros calculados de forma equivocada).

Os consultores estão ultimando as providências para apontamento dos equívocos aos órgãos competentes, trabalho este que já mapeou a existência de divergências em mais de 100 processos, com potencial de redução atrelado aos parcelamentos federais instituídos pelas Leis nº. 9.964/2000 (REFIS) e nº. 11.941/2009.

Na atual fase, já estão sendo protocoladas junto a Receita Federal do Brasil petições específicas, com

Notas Explicativas

o objetivo de reduzir substancialmente a dívida da Companhia consolidada nos parcelamentos federais acima delineados.

Considerando a complexidade do trabalho de revisão, bem como as dificuldades na obtenção de todas as cópias necessárias junto aos órgãos federais competentes, não é possível neste momento quantificar de forma precisa as incongruências no passivo tributário ora revisado.

As matérias objeto dos pedidos de cancelamento e extinção de débitos requeridos à Procuradoria da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, que administram e cobram os débitos Companhia, encontram amparo legal no CTN, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Pareceres e Notas editadas pela PGFN com aprovação ministerial (MF), Soluções de Consulta Internas editadas pelo COSIT E CODAC, acórdãos e decisões do STJ e STF.

A conclusão da revisão nos moldes acima trará uma redução no desembolso mensal das parcelas vinculadas.

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
REFIS (d)	14.173	14.173
Parcelamento Lei nº 11.941/2009 (a)	1.457	1.702
Ajustar - ICMS (b)	10.712	10.867
IPTU (c)	355	453
Outros impostos	1.098	865
	<u>27.795</u>	<u>28.060</u>
Passivo circulante	5.168	4.902
Passivo não circulante	22.627	23.158
Total	<u>27.795</u>	<u>28.060</u>

Os parcelamentos têm a seguinte composição de vencimento por ano:

2014	3.512
2015	3.512
2016	3.512
2017 em diante	1.988
Total	<u>12.524</u>
Refis (d) outros impostos	<u>15.271</u>
Total - passivo e passivo não circulante	<u>27.795</u>

(a) Parcelamento Lei 11.941/2009

Em 30 de novembro de 2009, a Companhia aderiu ao programa de redução e parcelamento de débitos disposto pela Lei 11.941/2009, incluindo seus débitos federais vencidos até 30 de novembro de 2008, inclusive débitos provenientes do Parcelamento Especial – PAES. Esta opção resultou em uma redução da dívida em R\$ 17.537, reconhecida na rubrica outras despesas e receitas operacionais, em virtude das devidas reduções de multa e juros de mora e utilização de prejuízo fiscal e base negativa até 31 de dezembro de 2008.

O prazo para pagamento do parcelamento foi pactuado em 180 meses, com atualização pela taxa SELIC.

Seguindo o cronograma estipulado pela Receita Federal do Brasil, a Hercules formalizou a consolidação dos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009 em junho de 2011, entretanto, após efetivar a consolidação de todas as modalidades, a Companhia identificou uma série de incongruências nos débitos apontados, que a levou a iniciar um trabalho específico de revisão para o confronto das informações fornecidas à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional ao longo do cronograma de adesão e consolidação, com as informações constantes na última fase de consolidação.

Notas Explicativas

Nesta linha, conforme referido anteriormente, a Companhia está ultimando, através de consultoria contratada, as providências atreladas à revisão do passivo tributário da Companhia, sobretudo no que diz respeito aos débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009. O trabalho de revisão apontará as incongruências e permitirá a readequação do passivo consolidado no parcelamento em questão.

Assim, a Hercules poderá efetuar os ajustes necessários na inclusão dos débitos no parcelamento da Lei nº 11.941/2009 para confirmação dos saldos mantidos nos seus controles internos. Atualmente os parcelas mensais são de R\$ 90.

(b) Adesão ao Ajustar - ICMS

Em 25 de agosto de 2010, a Mundial aderiu ao parcelamento de débitos de ICMS (AJUSTAR) junto à Secretaria da Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul. O referido parcelamento concedeu redução de juros no montante de R\$ 18.715 e o pagamento do saldo restante em 120 parcelas, atualizadas pela SELIC.

Atualmente o valor consolidado com a Secretaria da Receita Estadual é de R\$ 10.712, e com recolhimento mensal de R\$ 190.

(c) IPTU

O saldo é composto por parcelamentos de Imposto Predial e Territorial Único – IPTU, que a Companhia possui com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre no montante de R\$ 355, e com pagamentos mensais de R\$ 7.

(d) Tributos e contribuições sociais - Programa de recuperação fiscal - (REFIS)

a) A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS em dezembro de 1999, no qual declarou todos os seus débitos de tributos e contribuições sociais naquela data à Secretaria da Receita Federal - SRF e ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS. As condições mais vantajosas para amortização da dívida, dentre elas o alongamento do prazo de pagamento e a mudança de indexador (SELIC para TJLP), posteriormente normalizadas pela Resolução 004 da SRF, foram fatores determinantes para a adesão ao programa.

Com o ingresso no programa REFIS, a Companhia passou a quitar os débitos até então vencidos, à razão de 1,2% sobre o faturamento mensal.

A Companhia calcula uma previsão de pagamento futuro de toda dívida original, com base na melhor estimativa de crescimento do faturamento e deduzida da expectativa de juros futuros, resultando num montante de R\$ 14.173 (R\$ 619 reconhecidos no passivo circulante e R\$ 13.554 no passivo não circulante). A Administração mantém o entendimento de que estes montantes representam a melhor estimativa disponível quanto aos valores prováveis de serem desembolsados. Este montante tem sido revisado a cada data de reporte e será ajustado à medida que alterações relevantes sejam identificadas.

Atualmente parcelas mensal é de aproximadamente R\$ 5.

Para os débitos existentes junto à Secretaria da Receita Federal, foram dados em garantia na modalidade de arrolamento de bens, imóveis, máquinas e equipamentos, da coligada a Mundial S.A. – Produtos de Consumo.

O programa estabeleceu ainda como condição de permanência no mesmo, que os pagamentos das parcelas, assim como dos impostos e contribuições correntes, sejam efetuados em dia. A exclusão da Companhia do REFIS implicaria em exigibilidade imediata da totalidade da dívida inscrita ainda não paga e a automática execução das garantias prestadas, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais (SELIC) e recompondo a dívida a partir de 31 de dezembro de 1999 (data da formalização da opção).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2014 essa eventual recomposição resultaria no valor de R\$ 493.829, sendo necessário reconhecer um passivo adicional de cerca de R\$ 479.656 e reclassificar para o passivo circulante a totalidade do débito classificado no passivo não circulante, no montante de R\$ 14.173

Adicionalmente, conforme requerido pela instrução CVM nº. 346 demonstramos abaixo a composição dos débitos e contribuições sociais incluídos no programa, atualizados pela TJLP e considerando as amortizações já efetuadas:

	Principal	Juros e multa	Total	Atualização TJLP	Amortização	31/03/14
PIS	2.597	1.519	4.116	4.538	(79)	8.575
COFINS	9.619	7.266	16.885	18.614	(324)	35.175
IPI	22.450	22.819	45.269	49.905	(870)	94.304
IRRF	2.323	2.321	4.644	5.120	(89)	9.675
CSLL	16.183	-	16.183	17.841	(311)	33.713
IRPJ	33.724	-	33.724	37.178	(648)	70.254
INSS	27.950	23.934	51.884	57.199	(997)	108.086
	114.846	57.859	172.705	190.395	(3.318)	359.782

A Companhia foi considerada excluída do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, pelo Comitê Gestor do Programa, por alegada falta de consolidação dos débitos tributários constantes do PA nº 11080.001223/96-38. Porém, conforme ficha 13 do programa do REFIS da Companhia, tal litígio consta como tendo sido incluído. Assim, considerando a existência de documentação comprobatória da inclusão dos referidos débitos tributários e baseados no posicionamento dos seus consultores jurídicos, a Companhia tem discutido através de medidas judiciais a sua manutenção no programa de parcelamento. A discussão judicial encontra-se neste momento em sede de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça – STJ. Os consultores jurídicos entendem, ainda, que os argumentos e o suporte documental apresentados na defesa da Companhia são suficientes para permitir que decisões definitivas venham ser proferidas em seu favor.

9 Garantias prestadas

Em garantia dos parcelamentos com a Receita Federal do Brasil - RFB e da Secretaria da Receita Estadual do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ, foram oferecidos terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos da coligada Mundial S.A- Produtos de consumo, e terrenos e imóveis das coligadas indiretas, Monte Magré S.A. e Eberle Agropastoril S.A..

10 Partes relacionadas

	Mundial S.A.	Bellini S.A.	ZHEPAR	Total
Em 31 de março de 2014				
Debêntures	389.007	-	-	389.007
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	261	261
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	173	2.967	-	3.140
Em 31 de dezembro de 2013				
Debêntures	389.007	-	-	389.007
Saldo ativo por mútuo e conta corrente	-	-	261	261
Saldo passivo por mútuo e conta corrente	-	2.966	-	2.966
Despesas financeiras	41.154	-	-	41.154

Abaixo apresentamos a remuneração dos mútuos:

Empresa	Remuneração	Vencimento
Bellini S.A.	Não remunerada	Indeterminado
Zhepar Participações Ltda	Não remunerada	Indeterminado

Notas Explicativas

Em 13 de dezembro de 2013 a Companhia emitiu debêntures no montante de R\$ 389.007, que foram subscritas no seu total avista pelo saldo decorrente da conta de mútuo por conta corrente, conforme descrito na nota explicativa 11.

11 Debêntures a pagar

Em 13 de dezembro de 2013 foi realizada AGE que aprovou a emissão de debêntures de 2º emissão privada, simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em uma única série no montante de R\$ 389.007, pelo valor nominal à vista por meio de utilização de débitos mantidos junto a Mundial S.A – Produtos de Consumo, decorrente de saldo por mútuo e conta corrente totalmente aprovado pela Mundial S.A em AGE na mesma data.

As debêntures são perpétuas e somente ocorrerá o seu vencimento, de sua quitação integral, em caso da dissolução da sua emissora, ou, antecipadamente se a emissora descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na escritura de emissão.

O valor nominal das debêntures, sobre o qual não incidirá qualquer correção monetária, será pago em espécie e (i) amortizado anualmente, com base no fluxo de caixa operacional livre do período social vencido, nos 10 primeiros dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias da Emissora, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, obrigatoriamente, e (ii) amortizado trimestralmente caso haja fluxo de caixa operacional livre positivo, nos 10 primeiro dias úteis após a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias da emissora do trimestre imediatamente anterior, em qualquer das formas previstas no Art. 133 da lei nº 6.404/76, e, de forma não obrigatória e a exclusivo critério da Emissora, e por ocasião do vencimento final ou do vencimento antecipado, até 10º dia útil posterior ao evento.

A Companhia oferece como garantia de penhor os registros da Marca de sua titularidade para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas.

12 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Provisões trabalhistas	99	108
Depósitos judiciais	<u>(99)</u>	<u>(108)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

Provisões trabalhistas - São relativas basicamente a questões propostas por empregados e pessoal terceirizado, versando sobre verbas de cunho salarial, como por exemplo, horas extras.

Provisões cíveis - São constituídas por ação de rescisão de contratos de representação comercial e ação de cobrança de honorários advocatícios com respectivos pedidos de indenização.

Existem processos e obrigações cíveis, trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança devido a eventos futuros incertos, no montantes apresentados no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Causas trabalhistas	488	482
Causas tributárias	20.746	20.746
Causas cíveis	9.409	11.545
	<u>30.643</u>	<u>32.773</u>

13 Passivo a descoberto

Capital autorizado

É dividido em 50.597.929 ações ordinárias e 101.195.858 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Capital subscrito

É dividido em 5.135.950 ações ordinárias e 10.164.050 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado, anualmente, distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 30% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam da prioridade do direito ao recebimento de um dividendo mínimo de 6% ao ano sobre o capital social.

Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por reserva de ágio sobre ações e reserva de incentivos fiscais.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação reflexa da coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

Outros resultados abrangentes

O saldo do grupo de outros resultados abrangentes é composto ajuste acumulado de conversão dos investimentos indiretos no exterior através da coligada Mundial S.A- Produtos de Consumo S.A..

14 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período e a respectiva quantidade média de ações ordinárias e preferenciais em circulação neste período, comparativamente com o mesmo período de 2013 conforme o quadro abaixo:

Data	Histórico	Quantidade de ações ordinárias	Média ponderada de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Média ponderada de ações preferenciais
31/12/2013	Saldo inicial de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
31/03/2014	Saldo final de ações	5.135.950	5.135.950	10.164.050	10.164.050
				<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
	Resultado do período			(2.569)	(11.368)
	Média do período de ações ordinárias			5.135.950	5.135.950
	Média do período de ações preferenciais			10.164.050	10.164.050
	Resultado por ação ordinária básico e diluído			(0,1679)	(0,7430)
	Resultado por ação preferencial básico e diluído			(0,1679)	(0,7430)

Em 31 de março de 2014 e 2013, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações e suas ações ordinárias e preferenciais não possuem distinção na participação dos lucros.

Notas Explicativas

15 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia registra em contas patrimoniais a totalidade das operações envolvendo instrumentos financeiros contratados.

A avaliação dos ativos e passivos financeiros da Companhia em relação aos valores justos de mercado foi efetuada por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

Empréstimos e recebíveis	31/03/14	31/12/13
Clientes	1.116	1.270
Partes relacionadas	261	261
Outros créditos	344	332

Os principais passivos financeiros da Companhia são classificados como mantidos até o vencimento, conforme demonstrado abaixo:

Mantidos até o vencimento	31/03/14	31/12/13
Fornecedores	31	64
Debêntures	389.007	389.007
Partes relacionadas	3.140	2.966

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são incluídos no valor pelo qual os instrumentos poderiam ser trocados em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

Contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm atualização monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável.

c. Mensuração do valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Notas Explicativas

	31/03/14		31/12/13	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Clientes	1.116	1.116	1.270	1.270
Partes relacionadas	261	261	261	261
Outros créditos	344	344	332	332
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	31	31	64	64
Partes relacionadas	3.140	3.140	2.966	2.966

d. Gestão de risco

As operações contábeis da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração, a estrutura, o custo e o prazo das operações cotadas:

i. Risco de moeda com variações cambiais

A Companhia não tem exposição relevante ao risco de variação em moeda estrangeira.

ii. Risco de Crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se, as contas a receber. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

	31/03/14	31/12/13
Contas a receber de clientes	1.116	1.270

iii. Risco de liquidez

Representa o risco de escassez e dificuldade da Companhia honrar suas dívidas. A Companhia procura alinhar o vencimento de suas dívidas com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

16 Receita operacional líquida

Conciliação da receita bruta e líquida, para os períodos findos em 31 de março de 2014 e 2013.

	31/03/14	31/03/13
Receita bruta de serviços	876	1.095
Impostos sobre serviços	(103)	(143)
Programa de recuperação fiscal (REFIS)	(10)	-
Receita operacional líquida	763	952

17 Outras receitas/despesas operacionais

	31/03/14	31/03/13
Outras receitas ou despesas operacionais	(20)	(72)
Total de outras receitas/despesas operacionais	(20)	(72)

Notas Explicativas

18 Resultado financeiro

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Despesas financeiras com partes relacionadas (a)	-	(12.739)
Outras despesas e receitas financeiras	<u>(516)</u>	<u>(69)</u>
Total de despesas financeiras	<u>(516)</u>	<u>(12.808)</u>

- (a) Despesas em decorrência da atualização do mútuo com a coligada Mundial S.A. - Produtos de Consumo, atualizado por IPCA e acrescido de 6% a.a..

19 Seguros

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas em apólice global para a Companhia e suas coligadas diretas e indiretas, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A apólice prevê coberturas contra incêndios, vendavais, granizo, furacão, raios, danos elétricos, explosões, impacto de veículos e quedas de aeronaves.

Em 31 de março de 2014, a cobertura de seguros contratada pela coligada Mundial S.A – Produtos de Consumo é R\$ 18.500 para responsabilidade civil.

Tais apólices são corporativas e englobam também os riscos relacionados à Hercules S.A. - Fábrica de Talheres.

Conselho de Administração

Michael Lenn Ceitlin - Presidente
Paulo Roberto Leke - Vice Presidente
Jose Maria de Cesarino Henriques Soares - Conselheiro

Diretoria

Michael Lenn Ceitlin - Diretor Superintendente e de Relações com Investidores
Julio Cesar Camara - Diretor
Marcelo Fagundes de Freitas - Diretor

Ivanês Grison Souto
TCCRC nº RS 084547/O-0 SSP
CPF: 522.635.500-97

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da
Hercules S.A. – Fábrica de Talheres
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Hercules S.A. – Fábrica de Talheres (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito no parágrafo seguinte, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia mantém saldos contábeis passivos e de resultado relativos às suas obrigações fiscais, incluindo obrigações sociais. Os valores apresentados pelos órgãos fiscais, relativos aos impostos a recolher apresentam divergências em relação aos saldos contábeis da Companhia. A Companhia está em processo de revisão dos saldos tributários divergentes com as posições dos órgãos fiscais e outras apurações dos valores devidos, que envolvem um volume significativo de processos, informações de terceiros e estudos da legislação para a apuração dos saldos finais, e estas não foram finalizadas até a conclusão da nossa revisão. Consequentemente, não nos foi possível concluir se eventual ajuste seria necessário nos ativos, passivos e no resultado do período como resultado da resolução deste assunto.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Continuidade operacional e debêntures a pagar a empresa relacionada

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia incorreu em prejuízo líquido de R\$ 2.569 mil e possui um passivo a descoberto (patrimônio líquido ativo) de R\$ 416.644 mil em 31 de março de 2014. Além disso, possui debêntures a pagar a empresa relacionada nos valores de R\$ 960 mil e R\$ 388.047 mil, demonstrados no circulante e não circulante, respectivamente bem como passivo tributário em processo de revisão conforme nota explicativa 8. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de liquidação saldo de debêntures a pagar e da continuidade operacional da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende do sucesso da administração na implementação de plano de reestruturação descrito na nota explicativa 2.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos, se houver, do assunto mencionado no parágrafo Base para conclusão com ressalva não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 06 de junho de 2014.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/F-7

Wladimir Omiechuk
Contador CRC 1RS041241/O-2